

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	6
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2019 à 31/03/2019	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2018 à 31/03/2018	8
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

Comentário do Desempenho	10
--------------------------	----

Notas Explicativas	14
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	43
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	44
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	45
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 31/03/2019
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	1.659.852
Preferenciais	0
Total	1.659.852
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2019	Exercício Anterior 31/12/2018
1	Ativo Total	1.347.092	1.347.054
1.01	Ativo Circulante	22.018	15.334
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	12.509	7.086
1.01.03	Contas a Receber	7.866	6.513
1.01.03.01	Clientes	7.813	6.508
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	53	5
1.01.03.02.02	Contas a Receber - Partes Relacionadas	53	5
1.01.06	Tributos a Recuperar	608	570
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	608	570
1.01.07	Despesas Antecipadas	713	771
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	322	394
1.01.08.03	Outros	322	394
1.01.08.03.01	Adiantamento a Fornecedor	209	226
1.01.08.03.02	Outros Créditos	113	168
1.02	Ativo Não Circulante	1.325.074	1.331.720
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	126.821	129.423
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	10.820	13.380
1.02.01.07	Tributos Diferidos	113.525	113.525
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	113.525	113.525
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	779	703
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	1.697	1.815
1.02.01.10.01	Ativos Não-Correntes a Venda	1.697	1.711
1.02.01.10.06	Diferidos	0	104
1.02.03	Imobilizado	5.788	2.437
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	2.322	2.437
1.02.03.02	Direito de Uso em Andamento	3.466	0
1.02.04	Intangível	1.192.465	1.199.860
1.02.04.01	Intangíveis	1.192.465	1.199.860
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	1.192.465	1.199.860

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2019	Exercício Anterior 31/12/2018
2	Passivo Total	1.347.092	1.347.054
2.01	Passivo Circulante	87.394	94.241
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	3.667	3.551
2.01.01.01	Obrigações Sociais	3.667	3.551
2.01.02	Fornecedores	8.679	14.067
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	8.679	14.067
2.01.03	Obrigações Fiscais	1.991	2.726
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	957	1.413
2.01.03.01.02	Outras Obrigações Fiscais Federais	957	1.413
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	1.034	1.313
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	43.824	44.375
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	40.313	42.702
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	40.313	42.702
2.01.04.02	Debêntures	3.511	1.673
2.01.05	Outras Obrigações	9.474	8.403
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	637	706
2.01.05.01.01	Débitos com Coligadas	93	132
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	544	574
2.01.05.02	Outros	8.837	7.697
2.01.05.02.05	Outras Contas a Pagar	1.717	2.266
2.01.05.02.06	Cauções Contratuais	5.255	5.145
2.01.05.02.08	Taxa de Fiscalização	293	286
2.01.05.02.11	Arrendamento Mercantil a pagar (IFRS16)	1.572	0
2.01.06	Provisões	19.759	21.119
2.01.06.02	Outras Provisões	19.759	21.119
2.01.06.02.04	Provisões para Manutenção em Rodovia	19.759	21.119
2.02	Passivo Não Circulante	439.048	441.040
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	402.488	409.776
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	246.960	257.294
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	246.960	257.294
2.02.01.02	Debêntures	155.528	152.482
2.02.02	Outras Obrigações	1.928	0
2.02.02.02	Outros	1.928	0
2.02.02.02.11	Arrendamento Mercantil a pagar (IFRS16)	1.928	0
2.02.04	Provisões	34.632	31.264
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	14.576	13.288
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	1.986	1.857
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	711	412
2.02.04.01.05	Provisões Regulatórias	11.879	11.019
2.02.04.02	Outras Provisões	20.056	17.976
2.02.04.02.04	Provisões para Manutenção em Rodovia	20.056	17.976
2.03	Patrimônio Líquido	820.650	811.773
2.03.01	Capital Social Realizado	1.065.034	1.033.034
2.03.01.01	Capital Social Subscrito	1.098.034	1.034.034
2.03.01.02	(-) Capital Social a Integralizar	-33.000	-1.000
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-244.384	-221.261

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 31/03/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 31/03/2018
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	53.107	55.009
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-59.695	-65.252
3.02.01	Custo dos Serviços Prestados	-59.695	-65.252
3.03	Resultado Bruto	-6.588	-10.243
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-3.867	-3.364
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-3.867	-3.364
3.04.02.01	Gerais e Administrativas	-3.470	-3.109
3.04.02.02	Remuneração da Administração	-397	-255
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-10.455	-13.607
3.06	Resultado Financeiro	-12.668	-10.316
3.06.01	Receitas Financeiras	253	292
3.06.01.01	Receitas Financeiras	253	292
3.06.02	Despesas Financeiras	-12.921	-10.608
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-12.921	-10.608
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-23.123	-23.923
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	0	8.109
3.08.02	Diferido	0	8.109
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-23.123	-15.814
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-23.123	-15.814
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,01420	0,01120
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,01420	0,01120

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 31/03/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 31/03/2018
4.01	Lucro Líquido do Período	-23.123	-15.814
4.03	Resultado Abrangente do Período	-23.123	-15.814

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 31/03/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 31/03/2018
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	13.041	5.976
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	22.950	18.566
6.01.01.01	Lucro líquido do exercício	-23.123	-15.814
6.01.01.03	Baixa de Ativo Permanente	10	0
6.01.01.04	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	0	-8.109
6.01.01.06	Receita com Aplicações Financeiras Vinculadas	-159	-191
6.01.01.07	Juros e variações monetárias de empréstimos	6.721	7.274
6.01.01.08	Juros e variações monetárias de debêntures	4.507	2.546
6.01.01.10	Despesa Financeira (valor presente)	773	499
6.01.01.12	Constituição (reversão) de Provisão para manutenção	11.166	12.359
6.01.01.13	Depreciações e Amortizações	22.295	19.653
6.01.01.16	Atualização monetária de provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	760	349
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-8.791	-12.590
6.01.02.01	Contas a Receber	-1.305	-484
6.01.02.02	Contas a Receber - Partes Relacionadas	-48	16
6.01.02.04	Despesas Antecipadas	-18	-18
6.01.02.05	Impostos a Recuperar	-60	109
6.01.02.06	Pagamento de juros	-8.594	-11.016
6.01.02.07	Outros Créditos	55	29
6.01.02.09	Depósitos Judiciais	14	138
6.01.02.11	Fornecedores	-246	143
6.01.02.12	Contas a Pagar - Partes Relacionadas	-112	-33
6.01.02.13	Cauções Contratuais	1.019	-1.425
6.01.02.14	Obrigações Sociais	116	457
6.01.02.15	Obrigações Fiscais	330	103
6.01.02.18	Credores pela Concessão / Taxa de Fiscalização	7	-9
6.01.02.19	Riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios	528	-364
6.01.02.20	Outras contas a pagar	-477	-236
6.01.03	Outros	-1.118	0
6.01.03.01	Arrendamento Mercantil pago (IFRS16)	-1.118	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-28.525	-45.458
6.02.01	Aquisições de Itens do Ativo Imobilizado	-25	-40
6.02.02	Adições ao Intangível	-31.241	-44.408
6.02.03	Aplicações Financeiras Vinculadas	-59	-1.400
6.02.04	Valor Resgatado das Aplicações Vinculadas	2.800	390
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	20.907	40.413
6.03.01	Risco sacado captação	5.362	772
6.03.02	Risco sacado pagamento	-6.857	0
6.03.03	Captações de empréstimos	0	-6.359
6.03.04	Pagamentos empréstimo - principal	-9.598	0
6.03.20	Aumento de Capital / Devolução	32.000	46.000
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	5.423	931
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	7.086	7.361
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	12.509	8.292

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 31/03/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.033.034	0	0	-221.261	0	811.773
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.033.034	0	0	-221.261	0	811.773
5.04	Transações de Capital com os Sócios	32.000	0	0	0	0	32.000
5.04.01	Aumentos de Capital	32.000	0	0	0	0	32.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-23.123	0	-23.123
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-23.123	0	-23.123
5.07	Saldos Finais	1.065.034	0	0	-244.384	0	820.650

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 31/03/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	916.534	0	0	-161.820	0	754.714
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	916.534	0	0	-161.820	0	754.714
5.04	Transações de Capital com os Sócios	46.000	0	0	0	0	46.000
5.04.01	Aumentos de Capital	46.000	0	0	0	0	46.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-15.814	0	-15.814
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-15.814	0	-15.814
5.07	Saldos Finais	962.534	0	0	-177.634	0	784.900

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 31/03/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 31/03/2018
7.01	Receitas	56.793	58.438
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	43.670	38.470
7.01.02	Outras Receitas	13.123	19.968
7.01.02.01	Receitas dos Serviços de Construção	12.929	19.736
7.01.02.02	Outras	194	232
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-36.673	-44.236
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-7.604	-7.723
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-2.142	-1.942
7.02.04	Outros	-26.927	-34.571
7.02.04.01	Custos dos Serviços de Construção	-12.929	-19.736
7.02.04.02	Custo da Concessão	-1.529	-1.557
7.02.04.03	Custo de Provisão de Manutenção em Rodovias	-11.166	-12.359
7.02.04.04	Outros	-1.303	-919
7.03	Valor Adicionado Bruto	20.120	14.202
7.04	Retenções	-22.295	-19.653
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-22.295	-19.653
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-2.175	-5.451
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	782	2.071
7.06.02	Receitas Financeiras	253	292
7.06.03	Outros	529	1.779
7.06.03.03	Juros capitalizados	529	1.779
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	-1.393	-3.380
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	-1.393	-3.380
7.08.01	Pessoal	4.552	4.603
7.08.01.01	Remuneração Direta	3.437	3.499
7.08.01.02	Benefícios	841	833
7.08.01.03	F.G.T.S.	274	271
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	3.442	-4.703
7.08.02.01	Federais	1.241	-6.639
7.08.02.03	Municipais	2.201	1.936
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	13.736	12.534
7.08.03.01	Juros	11.228	9.820
7.08.03.02	Aluguéis	43	187
7.08.03.03	Outras	2.465	2.527
7.08.03.03.01	Juros Capitalizados BNDES	174	100
7.08.03.03.02	Juros Capitalizados Debêntures	355	1.679
7.08.03.03.04	Outras - Despesas Financeiras	1.936	748
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-23.123	-15.814
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-23.123	-15.814

Comentário do Desempenho



Rio Negro, 13 de maio de 2019 – A Autopista Planalto Sul S.A., “Empresa” do Grupo Arteris S/A., comenta seu resultado relativo ao primeiro trimestre de 2019, período encerrado em 31 de março de 2019. As informações financeiras e operacionais a seguir, exceto quando indicado em contrário, são apresentadas em Reais, estão de acordo com a Legislação Societária e com os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Os valores e informações não constantes no balanço patrimonial, demonstração dos resultados e notas explicativas, inseridas nas informações trimestrais não foram revisados pelos auditores independentes.

COMENTÁRIO DESEMPENHO OPERACIONAL E FINANCEIRO

Tráfego Pedagiado (Veículos Equivalentes):

- O tráfego pedagiado de veículos equivalentes no 1T19 foi de 6.717 mil veículos, 1,4% abaixo do realizado no 4T18. Já na comparação de doze meses houve um crescimento de 4,8%. Historicamente, os fatores que exercem influência no desempenho do tráfego nas estradas concessionadas estão relacionados principalmente à evolução da atividade econômica brasileira, o que inclui os níveis de produção industrial, aumento ou redução da renda per capita, além de fatores regionais nas localidades onde estão situadas as rodovias.

Receita Operacional Bruta

- A receita Operacional Bruta da Empresa é composta por receitas de pedágio e receitas de obras. A receita bruta de pedágio registrou crescimento de 13,5% em relação a igual período do ano anterior passando de R\$ 38 milhões no 1T18 para R\$ 43,6 milhões no 1T19. O acréscimo na receita se deve principalmente ao aumento da tarifa de pedágio ocorrido em 22 de dezembro de 2018, onde a tarifa básica de pedágio passou de R\$ 6,00 para R\$ 6,50, representando um acréscimo de 8,33%. Na comparação com o 4T18 a receita de pedágio apresentou acréscimo de 6%.
- A Empresa reconheceu Receita de Obras no valor de R\$ 12,9 milhões, sendo R\$ 6,8 milhões menor que o 1T18. O volume de obras é diretamente ligado ao cronograma, que previa menor volume de obras no trimestre atual em relação a igual período do ano anterior. Na comparação com o 4T18 houve redução de R\$ 18 milhões. A contrapartida desta receita, de igual montante, está demonstrada em Custo de Serviço de Construção, eliminando qualquer efeito sobre o resultado. Este ajuste foi realizado em atendimento às Normas Internacionais de Contabilidade, representada pelo ICPC01.

Custos e Despesas

- Os custos dos serviços prestados do 1T19 registraram redução de R\$ 266 mil se comparados ao 1T18. Essa redução se deve principalmente a menores custos com conservação da camada de revestimento vegetal e limpeza da faixa de domínio, menores custos com conservação de pavimento, redução dos custos com manutenções de equipamentos da rodovia. Na comparação com 4T18 houve redução de R\$ 1,7 milhões. Essa redução se deve principalmente a menor necessidade de serviços de conservação de pavimento.
- As despesas administrativas no 1T19 apresentaram aumento de R\$ 428 mil e R\$ 187 mil se comparados respectivamente ao 1T18 e 4T18, devido principalmente a menores despesas com contingências. De acordo com ICPC01, no 1T19 a Empresa apurou custos de serviços de

Comentário do Desempenho



construção de R\$ 12,9 milhões, representando redução de R\$ 6,8 milhões, 34,5% se comparado com o 1T18. Esse custo equivale ao valor registrado em receitas de obras.

- A provisão para manutenção no 1T19 diminuiu R\$ 1,2 milhões em relação ao 1T18. Essa variação se deve a revisão no cronograma de obras do contrato de concessão no 4T18. Na comparação com o 4T18, registramos acréscimo de R\$ 5,5 milhões representando 99,7% de aumento.

EBITDA e EBITDA Ajustado

- O EBITDA da Empresa encerrou o 1T19 em R\$ 11,8 milhões, 95,8% de aumento frente aos R\$ 6 milhões registrados no 1T18, reflexo do aumento da tarifa de pedágio e o crescimento ascendente do tráfego. Em comparação com o 4T18, o EBITDA do 1T19 reduziu R\$ 1,2 milhões devido principalmente aumento na provisão para manutenção, reflexo da revisão do cronograma de obras.
- O EBITDA ajustado, excluindo os efeitos das provisões de manutenção em rodovia, resultantes da adoção do ICPC01, encerrou o 1T19 R\$ 4,6 milhões maior em relação ao 1T18 refletindo o aumento da receita de pedágio. Em relação ao 4T18 registramos um aumento de R\$ 4,3 milhões do EBITDA ajustado, representando um acréscimo de 23%. Esse acréscimo é resultado da variação da provisão de manutenção e aumento da receita de pedágio.
- O EBITDA contempla a provisão para manutenção de rodovias, registrada em função da adoção do ICPC 01. O EBITDA Ajustado exclui os efeitos desta provisão.

Resultado Financeiro

- No 1T19 o resultado financeiro fechou 22,8% maior na comparação com o 1T18. Essa variação se deve ao aumento das taxas de juros e indexadores dos contratos de empréstimos, tais como TJLP para empréstimo BNDES e IPCA para Segunda Emissão de Debêntures. Em comparação com 4T18 o resultado financeiro ficou 18,5% maior devido principalmente a menor capitalização de juros ocorrida no 3T18 e variação do indexador IPCA.

Prejuízo

- No 1T19 a Empresa apurou prejuízo de R\$ 23,1 milhões ante prejuízo de R\$ 15,8 milhões no 1T18. O aumento do prejuízo está relacionado principalmente aos impostos diferidos não constituídos. Em relação ao 4T18 o prejuízo da Empresa foi 62,6% maior principalmente pelo aumento da provisão para manutenção.

Endividamento

- A Empresa encerrou o 1T19 com endividamento bruto de terceiros de R\$ 446,3 milhões, apresentando redução de 4,3% se comparado ao 1T18, devido às amortizações ocorridas nos últimos 12 meses e redução das taxas de juros. O endividamento líquido no 1T19 reduziu R\$ 21 milhões em relação ao 1T18.

Investimentos

- No 1T19 foram investidos R\$ 31,3 milhões em obras para cumprimento do contrato de concessão.

Os principais investimentos do período foram os seguintes:

Comentário do Desempenho



- (i) Pavimento;
- (ii) Sinalização horizontal;
- (iii) Elementos de proteção e segurança;
- (iv) Sistemas de drenagem e obras de arte correntes;
- (v) Manutenção de terraplenos e estruturas de contenção;
- (vi) Implantação de terceiras faixas em SC;

Comentário do Desempenho



ANEXO 1 – TABELA DRE

Veículos Equivalentes	1T19	4T18	1T18	Var% 1T19/4T18	Var% 1T19/1T18
Planalto Sul	6.717	6.814	6.412	-1,4%	4,8%
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS (em R\$ Mil)					
	1T19	4T18	1T18	Var% 1T19/4T18	Var% 1T19/1T18
RECETA OPERACIONAL BRUTA	56.785	72.376	58.365	-21,5%	-2,7%
Receitas de pedágio	43.670	41.197	38.470	6,0%	13,5%
Receitas de obras	12.929	30.982	19.736	-58,3%	-34,5%
Receitas acessórias	186	197	159	-5,6%	17,0%
DEDUÇÕES DA RECETA	(3.678)	(3.746)	(3.356)	-1,8%	9,6%
RECETA OPERACIONAL LÍQUIDA	53.107	68.630	55.009	-22,6%	-3,5%
CUSTOS E DESPESAS	(41.267)	(55.518)	(48.963)	-25,7%	-15,7%
Custos dos serv. prestados (excl. amortização e depreciação)	(13.474)	(15.187)	(13.740)	-11,3%	-1,9%
Custo dos serv. de construção	(12.929)	(30.982)	(19.736)	-58,3%	-34,5%
Despesas administrativas (excl. amortização e depreciação)	(3.301)	(3.488)	(2.873)	-5,4%	14,9%
Remuneração da administração	(401)	(294)	(328)	36,4%	22,3%
Despesas tributárias	-	-	-	-	-
Provisão para manutenção em rodovias	(11.166)	(5.591)	(12.359)	99,7%	-9,7%
Outras receitas operacionais, líquidas	4	24	73	-83,3%	-94,5%
EBITDA¹	11.840	13.112	6.046	-9,7%	95,8%
Margem EBITDA	29,5%	34,8%	17,1%		
DEPRECIACIONES E AMORTIZACIONES	(22.295)	(21.174)	(19.653)	5,3%	13,4%
Depreciação de imobilizado	(134)	(139)	(108)	-3,6%	24,1%
Amortização do intangível	(20.990)	(20.591)	(19.102)	1,9%	9,9%
Amortização do diferido	(1.171)	(444)	(443)	163,7%	164,3%
RESULTADO FINANCEIRO	(12.668)	(10.692)	(10.316)	18,5%	22,8%
Receitas financeiras	253	606	292	-58,3%	-13,4%
Despesas financeiras	(12.921)	(11.298)	(10.608)	14,4%	21,8%
LUCRO ANTES DOS EFETOS TRIBUTÁRIOS	(23.123)	(18.754)	(23.923)	23,3%	-3,3%
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	-	4.529	8.109	-	-
Corrente	-	-	-	-	-
Diferido	-	4.529	8.109	-	-
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	(23.123)	(14.225)	(15.814)	62,6%	46,2%
EBITDA AJUSTADO (em R\$ Mil)					
	1T19	4T18	1T18	Var% 1T19/4T18	Var% 1T19/1T18
EBITDA¹	11.840	13.112	6.046	-9,7%	95,8%
(+) Provisão para manutenção de rodovias	11.166	5.591	12.359	99,7%	-9,7%
EBITDA Ajustado²	23.006	18.703	18.405	23,0%	25,0%

1) EBITDA (Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization): medida de desempenho operacional dada pelo Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (LAJIDA). O EBITDA não é medida utilizada nas práticas contábeis e também não representa fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. O EBITDA não tem significado padronizado e, portanto, não pode ser comparado ao EBITDA de outras Companhias.

2) Considera os ajustes relativos a reversões da provisão p/ manutenção de rodovias (pronunciamento contábil ICPC 01). A Companhia entende que o EBITDA ajustado é a melhor representação da sua geração de caixa operacional uma vez que a provisão para a manutenção é um item significativo que não possui efeito caixa na demonstração do resultado do exercício.

A Autopista Planalto Sul S.A. é uma empresa controlada pela Arteris S.A., sociedade de capital aberto registrada na CVM. Para maiores informações sobre o Grupo, consultar os [websites ri.arteris.com.br](http://ri.arteris.com.br) e www.cvm.gov.br (neste, acessar em “acesso rápido”, o item “ITR, DFP, IAN, FC, FR e outras informações”).

Notas Explicativas

Autopista Planalto Sul S.A.

Informações Trimestrais para o Trimestre
Findo em 31 de Março de 2019

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores
Independentes

Notas Explicativas

Autopista Planalto Sul S.A.

AUTOPISTA PLANALTO SUL S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS TRIMESTRAIS PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2019****(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)****1. CONTEXTO OPERACIONAL**

A Autopista Planalto Sul S.A. ("Sociedade") é uma sociedade por ações, domiciliada no município de Rio Negro, Estado do Paraná, Brasil, situada na Avenida Afonso Petschow, 4040 bairro Industrial. Constituída em 19 de dezembro de 2007, sua controladora e "holding" é a Arteris S.A. A Sociedade tem como objeto social único a exploração do lote rodoviário BR-116 - PR/SC, compreendendo o trecho entre Curitiba e a divisa entre os Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, objeto do processo de licitação correspondente ao Lote 02, em conformidade com o Edital de Licitação nº 006/2007, publicado pela Agência Nacional de Transportes Terrestres ("ANTT" ou "Poder Concedente"), sob a forma de concessão de serviço público pelo prazo de 25 anos iniciado em 14 de fevereiro de 2008, não sendo admitida a prorrogação do prazo de concessão, precedida da execução de obras públicas para recuperação, manutenção, monitoramento, conservação, operação, ampliação e melhorias da rodovia.

A Sociedade utiliza os recursos gerados pelas atividades operacionais para atender suas necessidades de capital de giro. Adicionalmente, acessa o mercado de capitais e conta com empréstimos e financiamentos junto às principais instituições financeiras e de fomento do país para complementar sua necessidade de caixa. Em 31 de março de 2019 o passivo circulante supera o ativo circulante em R\$65.376 (R\$78.907 em 31 de dezembro de 2018).

A geração de caixa, somada capacidade de crédito da Sociedade, além dos recursos oriundos de linhas de financiamento de longo prazo são adequados para fazer face às suas obrigações de curto prazo registradas no passivo circulante, o que inclui a amortização de seus financiamentos classificados no circulante, e manutenção de nível de alavancagem adequado às suas obrigações de longo prazo.

Uma vez que as projeções de receita no médio e longo prazos apontam para patamares crescentes e sustentáveis, por meio da evolução do tráfego pedagiado e dos reajustes tarifários anuais, ao mesmo tempo em que o plano de obras é suportado por financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES") e por recursos captados no mercado de capitais por meio da emissão de debêntures de infraestrutura ou outros valores mobiliários. A Administração acredita que a Sociedade possui condições para honrar as obrigações de curto e médio prazos existentes.

No período findo em 31 de março de 2019 não ocorreram mudanças no contexto operacional em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

A emissão das informações financeiras da Sociedade foi aprovada pela Diretoria em 13 de maio de 2019.

2. CONCESSÕES

No trimestre findo em 31 de março de 2019 não ocorreram mudanças no contrato de concessão em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, exceto pelo mencionado abaixo:

O valor anual, a título de verba de fiscalização, é de R\$1.846. A partir de 31 de março de 2019 até o final do período de concessão, a Sociedade deverá recolher o montante de

Notas Explicativas

Autopista Planalto Sul S.A.

R\$26.613 a valor nominal, corrigido pelo IPCA conforme determinado no contrato de concessão.

A Sociedade estima, em 31 de março de 2019, o montante de R\$88.812 (R\$91.716 em 31 de dezembro de 2018) referente a investimentos para melhorias na infraestrutura, e de R\$269.406 (R\$265.277 em 31 de dezembro de 2018) referente a recuperações e manutenções, a valores atuais, para cumprir com as obrigações até o final do contrato de concessão.

A Sociedade vem negociando com o órgão regulador a execução de obras de melhorias de infraestrutura passíveis de reequilíbrio e em 31 de março de 2019 e 31 de dezembro de 2018 estas obras estão estimadas em R\$37.430 as quais não estão incluídas no quadro acima. Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão, sendo pelo menos anualmente revisados.

A Sociedade continua com as negociações para firmar nos próximos meses Termo de Ajuste de Conduta - TAC, com a ANTT, em decorrência de processos administrativos sancionatórios de possíveis não conformidades, instaurados pela ANTT, desde o início da concessão.

3. BASE DE PREPARAÇÃO

Declaração de conformidade

As informações financeiras trimestrais foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária, e também de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das informações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demais informações relativas à: base de mensuração; moeda funcional e moeda de apresentação; uso de estimativa e julgamento, estão consistentes com aquelas adotadas e divulgadas nas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, aprovadas em 27.02.2019 e, portanto, ambas devem ser lidas em conjunto.

4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis adotadas na elaboração das informações financeiras trimestrais estão consistentes com aquelas divulgadas nas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, e, portanto, devem ser lidas em conjunto com estas informações financeiras trimestrais, exceto pela adoção de novos pronunciamentos contábeis conforme mencionado abaixo:

Adoção inicial do IFRS 16 – Arrendamento mercantil

Em vigor para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019 a IFRS 16, refletida no CPC 06 (R2) – Operações de arrendamento mercantil, fornece um modelo abrangente para a identificação de contratos de arrendamento e seu tratamento nas demonstrações financeiras de arrendatários e arrendadores. Objetiva fornecer a base para que os usuários das demonstrações financeiras possam avaliar o efeito dos arrendamentos sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa das empresas.

Notas Explicativas

Autopista Planalto Sul S.A.

A Sociedade aplicou a IFRS 16 utilizando o método retrospectivo modificado e as informações financeiras comparativas abrangendo esse tema não foram apresentadas.

Todos os contratos vigentes em 1º de janeiro de 2019, com possibilidade de conter um arrendamento, nos termos descritos na norma, foram objeto de avaliação pela Sociedade.

Na aplicação da norma, os seguintes requisitos são avaliados:

- A existência de ativo expressamente identificado no contrato ou implicitamente especificado, com identificação no momento em que é disponibilizado para a Sociedade.
- A Sociedade tem o direito de obter, substancialmente, todos os benefícios econômicos do uso do ativo identificado, ao longo do período contratual
- A Sociedade tem o direito de direcionar o uso do ativo identificado durante todo o prazo do contrato.

Mensuração e reconhecimento dos contratos na arrendatária

Na data de início do arrendamento, a Sociedade reconhece no seu balanço patrimonial um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento. Os arrendatários deverão reconhecer separadamente a despesa de juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação sobre o ativo de direito de uso.

O ativo de direito de uso é mensurado pelo custo, que é composto pelo valor inicial de mensuração do passivo de arrendamento, abrangendo quaisquer custos diretos iniciais incorridos pela Sociedade, assim como uma estimativa de custos para desmontar e remover o ativo ao final do arrendamento, e quaisquer pagamentos de arrendamento feitos antes da data do seu início, calculados a valor presente.

A Sociedade deprecia os ativos de direito de uso em bases lineares, a partir da data de início do arrendamento, até o final da vida útil do ativo do direito de uso, ou até o término do prazo do arrendamento.

Na data de início, a Sociedade mensura o passivo de arrendamento pelo método de fluxo de caixa descontado, considerando as datas que se estima a saída de recursos para fazer frente as respectivas obrigações (estimado para todo o período do contrato de arrendamento), e descontada por meio de aplicação da taxa de 8,42%a.a. A Administração revisará a taxa de desconto periodicamente. A determinação da taxa de desconto utilizada pela administração tem como base a taxa de crédito da companhia excluído os financiamentos do BNDES.

Após a mensuração inicial, o passivo de arrendamento é atualizado monetariamente e baixado pelos respectivos pagamentos. No caso de reavaliação ou modificação, ou se houver mudanças substanciais em pagamentos fixos, pode ser necessário um recálculo para refletir o evento ocorrido. Quando o passivo é remensurado, o ajuste correspondente é atribuído ao ativo de direito de uso, ou, caso este já esteja reduzido a zero, lançado no resultado.

A Sociedade optou por não reconhecer arrendamentos de curto prazo (de até 12 meses) e arrendamentos de ativos de baixo valor (de até R\$5), utilizando, portanto, as isenções previstas na norma. Para esses casos, os contratos são contabilizados como despesa operacionais, diretamente no resultado do período, observando o regime de competência dos exercícios ao longo do prazo do arrendamento.

Para fins de controle e reconhecimento dos ativos de direito de uso e respectivo passivo de arrendamento, a Sociedade optou por criar novos grupos patrimoniais e novas rubricas

Notas Explicativas

Autopista Planalto Sul S.A.

contábeis, visando demonstrar os valores de forma segregada dos demais ativos e passivos, bem como evidenciar os efeitos nas rubricas do resultado.

Política contábil aplicável antes de 1º de janeiro de 2019

Anteriormente à entrada em vigor da IFRS 16, os casos de arrendamento mercantil eram avaliados pela Sociedade sob os conceitos de arrendamento financeiro e arrendamento operacional, visando ao correto enquadramento para o reconhecimento contábil.

Arrendamento financeiro

Eram considerados financeiros os arrendamentos cujos contratos previam a transferência substancial de todos os riscos e benefícios inerentes ao ativo arrendado. Nesse caso, também eram levados em conta o prazo do arrendamento mercantil em relação à vida útil econômica do ativo, a relação do valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento com o valor justo do ativo, bem como a previsão de a Sociedade obter a propriedade do ativo no final do contrato.

Arrendamento operacional

Todos os arrendamentos não revestidos das características do arrendamento financeiro eram classificados como arrendamentos operacionais. Como arrendatária, os pagamentos realizados pela Sociedade, relativos a esses contratos, eram reconhecidos como despesa do período, pelo método linear no prazo de vigência do arrendamento.

Os principais impactos decorrentes da aplicação inicial estão demonstrados abaixo:

i) Os impactos da adoção da IFRS 16 no balanço patrimonial:

	31.03.2019 <u>antes dos ajustes</u>	IFRS 16	31.03.2019
Ativo			
Circulante	22.018	-	22.018
Não circulante	1.321.608	3.466	1.325.074
Imposto de renda e contribuição social diferidos	113.525	-	113.525
Direito de uso - IFRS 16	-	3.466	3.466
	<u>1.343.626</u>	<u>3.466</u>	<u>1.347.092</u>
Passivo			
Circulante	85.822	1.572	87.394
Arrendamento mercantil a pagar - IFRS 16	-	1.572	1.572
Não circulante	437.120	1.928	439.048
Arrendamento mercantil a pagar - IFRS 16	-	1.928	1.928
Patrimônio líquido	820.684	(34)	820.650
Arrendamento mercantil - IFRS 16	-	(34)	(34)
	<u>1.343.626</u>	<u>3.466</u>	<u>1.347.092</u>

ii) Impactos da adoção da IFRS 16 na demonstração do resultado:

Notas Explicativas

Autopista Planalto Sul S.A.

	31.03.2019 antes dos ajustes	IFRS 16	31.03.2019
<u>Demonstração do resultado</u>			
Receita operacional líquida	53.107	-	53.107
Custo dos serviços prestados	(59.746)	51	(59.695)
Equivalência patrimonial	-	-	-
Resultado bruto	<u>(6.639)</u>	<u>51</u>	<u>(6.588)</u>
Despesas gerais e administrativas	(3.871)	-	(3.871)
Outras receitas operacionais, líquidas	4	-	4
Resultado antes do resultado financeiro	<u>(10.506)</u>	<u>51</u>	<u>(10.455)</u>
Receitas financeiras	253	-	253
Despesas financeiras	(12.836)	(85)	(12.921)
Resultado antes dos impostos	<u>(23.089)</u>	<u>(34)</u>	<u>(23.123)</u>
Imposto corrente	-	-	-
Imposto diferido	-	-	-
Resultado do período	<u>(23.089)</u>	<u>(34)</u>	<u>(23.123)</u>

ICPC 22 (IFRS23) - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro

Em vigor para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019, a IFRIC 23 descreve como determinar a posição fiscal e contábil quando houver incerteza sobre o tratamento do imposto de renda. A interpretação requer que a entidade determine se posições fiscais incertas são avaliadas separadamente ou como um grupo e avalie se é provável que a autoridade fiscal aceite a utilização de tratamento fiscal incerto, ou proposta de utilização, por uma entidade nas suas declarações de imposto de renda. A sociedade entende que não há incertezas quanto ao tratamento dado em relação aos tributos sobre o lucro."

Não há outras normas ou interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado do exercício ou no patrimônio líquido divulgado pela Sociedade.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Estão representados por:

	<u>31.03.2019</u>	<u>31.12.2018</u>
Caixa e contas bancárias	2.099	1.445
Aplicações financeiras (*)	<u>10.410</u>	<u>5.641</u>
Total	<u><u>12.509</u></u>	<u><u>7.086</u></u>

(*) As aplicações financeiras representam valores aplicados em fundos de investimento, destinados a receber aplicações de investidores restritos, com liquidez diária, estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor e remuneração equivalente, na média, a 95,19% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, tendo como características aplicações pós-fixada em títulos públicos federais, Certificado de Depósito Bancário - CDB, letras financeiras e operações compromissadas lastreadas em debêntures de instituições financeiras de grande porte com baixo risco de crédito. Todos os ativos que compõem os fundos de investimento, inclusive as LFT's, são mantidos com a finalidade de atender compromissos de curto prazo da Sociedade.

6. CONTAS A RECEBER

Estão representados por:

Notas Explicativas

Autopista Planalto Sul S.A.

	<u>31.03.2019</u>	<u>31.12.2018</u>
Pedágio eletrônico a receber (*)	7.037	5.962
Cupons de pedágio a receber	411	322
Cartões de pedágio a receber	191	88
Receitas acessórias a receber	108	121
Outras receitas a receber	66	15
Total	<u><u>7.813</u></u>	<u><u>6.508</u></u>

(*) Conforme nota explicativa nº 27.c.

A Administração da Sociedade não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão para perdas com recebíveis em 31 de março de 2019 e 31 de dezembro 2018. O prazo médio de vencimento é de 30 dias.

7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**a) Conciliação entre o imposto de renda e a contribuição social efetiva e nominal**

A reconciliação entre a taxa efetiva e a taxa real do imposto de renda e da contribuição social nas demonstrações do resultado referentes aos períodos findos em 31 de março de 2019 e de 2018 é como segue:

	<u>31.03.2019</u>	<u>31.03.2018</u>
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(23.123)	(23.923)
Alíquota vigente	34%	34%
Expectativa de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente	7.862	8.134
Ajustes para a alíquota efetiva:		
Outras diferenças permanentes	-	(25)
Total	<u><u>7.862</u></u>	<u><u>8.109</u></u>
Impostos diferidos não constituídos	7.862	-
Imposto Contabilizado	-	8.109
Imposto de renda e contribuição social:		
Diferido	<u><u>-</u></u>	<u><u>8.109</u></u>
	<u><u>-</u></u>	<u><u>8.109</u></u>

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Estão representados por:

Notas Explicativas**Autopista Planalto Sul S.A.**

	Imposto de renda e contribuição social diferido ativo	
	31.03.2019	31.12.2018
<u>Não circulante</u>		
<u>Diferenças temporárias ativas</u>		
Prejuízo fiscal (a)	325.541	304.765
Provisão de participação nos lucros	1.622	1.293
Riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios (b)	14.576	13.288
Outras provisões	313	696
Provisão para manutenção de rodovias	39.815	39.095
Base de cálculo diferenças temporárias ativas	381.867	359.137
Alíquota nominal	34%	34%
Total	<u>129.835</u>	<u>122.107</u>
<u>Diferenças temporárias passivas</u>		
Ajuste dos encargos financeiros (confirming)	(4)	(58)
Ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis - adoção Lei 12.973/14 (c)		
Diferenças de intangível e imobilizado líquidas	(25.143)	(25.143)
Amortização dos ajustes - mudança de práticas contábeis	5.873	5.525
Estorno de capitalização de juros	66	66
Amortização estorno de capitalização de juros	(22)	(11)
Base de cálculo diferenças temporárias passivas	(19.230)	(19.621)
Alíquota nominal	34%	34%
Total	<u>(6.538)</u>	<u>(6.672)</u>
Total	<u>123.297</u>	<u>115.435</u>
Imposto de renda e contribuição social não constituído	9.772	1.910
Total do imposto de renda e contribuição social contabilizado	<u>113.525</u>	<u>113.525</u>

- a) Refere-se ao prejuízo fiscal e à base negativa de contribuição social, suportados por projeções de resultados tributáveis futuros.
- b) Refere-se a provisões para riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios de reclamações pendentes de resoluções.
- c) A partir de 1º de janeiro de 2015 a Sociedade congelou os saldos referentes às mudanças de práticas contábeis, adotando a Lei no 12.973/14. Dessa forma, passou a amortizar linearmente o saldo residual dos ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis até o final do período da concessão.

As perspectivas futuras dos negócios da Sociedade traduzidas em suas projeções de resultados constituem-se em previsões de sua Administração; portanto, são dependentes de variáveis de mercado e estão sujeitas a mudanças.

A expectativa de recuperação da totalidade dos créditos tributários diferidos, indicados pelas projeções de resultado tributável, é como segue:

Exercício a findar-se em:

<u>Impostos diferidos</u>	Ativo não circulante
2019	4.432
2020	5.306
2021	6.200
2022	11.112
2023	11.112
Após 2024	91.673
	<u>129.835</u>

Notas Explicativas

Autopista Planalto Sul S.A.

8. APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS

A Sociedade mantém aplicações financeiras vinculadas no ativo não circulante para cumprir obrigações contratuais referentes a empréstimos e financiamentos. A seguir breve descrição dessas obrigações:

BNDES

A Sociedade deve depositar em conta de pagamento de instituição financeira 50% da arrecadação das praças de pedágio até 31 de dezembro de 2017. A partir de 1º de janeiro de 2018 esse percentual passou para 49% e permanecerá até 31 de dezembro de 2020. A partir de 1º de janeiro de 2021 passará para 53%. Esses recursos são utilizados para pagamento do serviço da dívida e manutenção do mínimo obrigatório da conta de reserva. Após o cumprimento legal das obrigações contratuais os recursos excedentes são transferidos para conta corrente livre.

A Sociedade deve manter depositada em conta de reserva de instituição financeira, até a liquidação de todas as obrigações assumidas no contrato de financiamento com o BNDES, o valor mínimo equivalente a três vezes o valor da última prestação vencida do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios da dívida decorrente do contrato de financiamento. Esse valor será sempre recalculado no dia posterior ao de cada pagamento das prestações mensais.

Em 31 de março de 2019 o saldo é de R\$10.820 (R\$13.380 em 31 de dezembro de 2018), aplicados em títulos públicos federais e títulos privados de emissão da instituição financeira e essas aplicações foram remuneradas em média a 97,41% da variação do CDI.

Notas Explicativas

Autopista Planalto Sul S.A.

9. DIREITO DE USO

Os principais impactos decorrentes da adoção inicial do IFRS 16 estão demonstrados abaixo:

	Guinchos (a)	Atendimento pré-hospitalar (b)	Veículos (c)	Veículos operacionais (d)	Computadores e periféricos (e)	Imóveis (f)	Outros (g)	Total
Custo direito de uso								
Saldo em 31.12.2018	-	-	-	-	-	-	-	-
Adições	629	2.364	537	450	150	224	179	4.533
Saldo em 31.03.2019	629	2.364	537	450	150	224	179	4.533
Amortização acumulada								
Saldo em 31.12.2018	-	-	-	-	-	-	-	-
Amortização	(629)	(197)	(89)	(41)	(39)	(27)	(45)	(1.067)
Saldo em 31.03.2019	(629)	(197)	(89)	(41)	(39)	(27)	(45)	(1.067)
Direito de uso líquido								
Saldo em 31.12.2018	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31.03.2019	-	2.167	448	409	111	197	134	3.466
Taxas de amortização - a.a.	100%	33%	67%	36%	72%	48%	100%	

- (a) Referem-se a locação de guinchos para operação na rodovia.
- (b) Referem-se a locação de ambulâncias para atendimento pré-hospitalar.
- (c) Referem-se a veículos administrativos.
- (d) Referem-se a veículos para inspeção de tráfego e outras atividades operacionais.
- (e) Referem-se a locação de computadores e impressoras.
- (f) Referem-se a locação de sedes administrativas, pedreiras e terrenos.
- (g) Referem-se a locação compusafe.

Notas Explicativas

Autopista Planalto Sul S.A.

10. IMOBILIZADO

A movimentação é como segue:

	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Veículos	Instalações, edifícios e dependências	Máquinas e equipamentos	Outras imobilizações	Imobilizado em andamento	Total
<u>Custo do imobilizado</u>								
Saldo em 31.12.2018	471	1.261	606	955	1.273	73	107	4.746
Adições	4	-	-	-	19	-	2	25
Alienações/baixas	(4)	(5)	-	-	-	-	-	(9)
Saldo em 31.03.2019	471	1.256	606	955	1.292	73	109	4.762
<u>Depreciação acumulada</u>								
Saldo em 31.12.2018	(360)	(535)	(244)	(497)	(665)	(8)	-	(2.309)
Depreciações	(8)	(47)	(29)	(23)	(27)	-	-	(134)
Alienações/baixas	3	-	-	-	-	-	-	3
Saldo em 31.03.2019	(365)	(582)	(273)	(520)	(692)	(8)	-	(2.440)
<u>Imobilizado líquido</u>								
Saldo em 31.12.2018	111	726	362	458	608	65	107	2.437
Saldo em 31.03.2019	106	674	333	435	600	65	109	2.322
Taxas de depreciação - a.a.	10%	20%	20%	10%	10%	20%		
<u>Custo do imobilizado</u>								
Saldo em 31.12.2017	473	546	606	955	1.268	73	25	3.946
Adições	2	715	-	-	8	-	82	807
Alienações/baixas	(4)	-	-	-	(3)	-	-	(7)
Saldo em 31.03.2018	471	1.261	606	955	1.273	73	107	4.746
<u>Depreciação acumulada</u>								
Saldo em 31.12.2017	(321)	(390)	(132)	(399)	(543)	(8)	-	(1.793)
Depreciações	(40)	(145)	(112)	(98)	(122)	-	-	(517)
Alienações/baixas	1	-	-	-	-	-	-	1
Saldo em 31.03.2018	(360)	(535)	(244)	(497)	(665)	(8)	-	(2.309)
<u>Imobilizado líquido</u>								
Saldo em 31.12.2017	152	156	474	556	725	65	25	2.153
Saldo em 31.03.2018	111	726	362	458	608	65	107	2.437
Taxas de depreciação - a.a.	10%	20%	20%	10%	10%	20%		

Notas Explicativas

Autopista Planalto Sul S.A.

11. INTANGÍVEL

A movimentação é como segue:

	Intangível em rodovias – obras e serviços (a)	Software	Intangível em andamento (b)	Adiantamento fornecedores	Total
<u>Custo do intangível</u>					
Saldo em 31.12.2018	1.463.867	1.244	16.968	-	1.482.079
Adições	6.341	-	7.117	141	13.599
Transferências/reclassificações	3.299	-	(3.299)	-	-
Alienações/baixas	(4)	-	-	-	(4)
Saldo em 31.03.2019	<u>1.473.503</u>	<u>1.244</u>	<u>20.786</u>	<u>141</u>	<u>1.495.674</u>
<u>Amortização acumulada</u>					
Saldo em 31.12.2018	(281.117)	(1.102)	-	-	(282.219)
Amortizações	(20.933)	(57)	-	-	(20.990)
Saldo em 31.03.2019	<u>(302.050)</u>	<u>(1.159)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(303.209)</u>
<u>Intangível líquido</u>					
Saldo em 31.12.2018	1.182.750	142	16.968	-	1.199.860
Saldo em 31.03.2019	1.171.453	85	20.786	141	1.192.465
Taxas de amortização - a.a.	5,58%	20%			
<u>Custo do intangível</u>					
Saldo em 31.12.2017	1.250.644	1.054	140.146	19	1.391.863
Adições	61.050	190	29.225	-	90.465
Transferências/reclassificações	152.406	-	(152.387)	(19)	-
Alienações/baixas	(233)	-	(16)	-	(249)
Saldo em 31.03.2018	<u>1.463.867</u>	<u>1.244</u>	<u>16.968</u>	<u>-</u>	<u>1.482.079</u>
<u>Amortização acumulada</u>					
Saldo em 31.12.2017	(201.651)	(812)	-	-	(202.463)
Amortizações	(79.466)	(290)	-	-	(79.756)
Saldo em 31.03.2018	<u>(281.117)</u>	<u>(1.102)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(282.219)</u>
<u>Intangível líquido</u>					
Saldo em 31.12.2017	1.048.993	242	140.146	19	1.189.400
Saldo em 31.03.2018	1.182.750	142	16.968	-	1.199.860
Taxas de amortização - a.a.	6%	20%			

Notas Explicativas

Autopista Planalto Sul S.A.

- (a) Refere-se a obras e serviços realizados nas rodovias, tais como pavimentação, duplicação, marginais, acostamentos, canteiros centrais, obras de arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, sinalização e outros, sendo amortizados linearmente até o final do período da concessão.
- (b) Refere-se principalmente a obras de terceiras faixas.

A Administração preparou a projeção de fluxo de caixa descontado da Sociedade e concluiu que não há necessidade de provisão para ajuste ao valor recuperável dos ativos intangíveis em 31 de dezembro de 2018. A administração vem acompanhando esta projeção com o realizado de 2019 e concluiu que não possui qualquer indicativo que pudesse requerer uma nova avaliação nesse trimestre.

No período findo em 31 de março de 2019, a Sociedade capitalizou o montante de R\$529 (R\$1.779 em 31 de março de 2018) referente aos custos de empréstimos atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis como parte do custo do ativo. A taxa média de capitalização em relação aos valores principais de dívidas, em 2019 foi de 0,50% ao ano (0,70% ao ano em 2018).

Notas Explicativas

Autopista Planalto Sul S.A.

12. DIFERIDO

É representado por:

	<u>31.03.2019</u>	<u>31.12.2018</u>
Gastos pré-operacionais:		
Pessoal/administradores	3.544	3.544
Consumo	981	981
Custos contratuais da concessão	3.246	3.246
Depreciações e amortizações	67	67
Conservação da rodovia	4.153	4.153
Serviços de terceiros	5.176	5.176
Tributários	1.207	1.207
Resultados financeiros	(869)	(869)
Outros gastos	327	327
	<u>17.832</u>	<u>17.832</u>
Amortização acumulada	<u>(17.832)</u>	<u>(17.728)</u>
	<u>-</u>	<u>104</u>

Refere-se a gastos pré-operacionais representados por estudos de viabilidade, reformas e obras nas faixas de domínio necessárias para equalização de necessidade de reparos emergenciais nas rodovias e serviços prestados de acordo com o estabelecido no contrato de concessão, incorridos até 31 de dezembro de 2008. Os gastos pré-operacionais são amortizados em dez anos, conforme a expectativa de retorno desses gastos pela Administração da Sociedade, de acordo com a Lei nº 11.941/09.

13. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Estão representados por:

Moeda local	31.03.2019			31.12.2018		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Saldo inicial	42.904	258.661	301.565	38.359	290.984	329.343
Captações/Renovações	5.362	-	5.362	28.563	-	28.563
Juros provisionados	6.895	-	6.895	28.466	-	28.466
Amortização de principal	(16.455)	-	(16.455)	(56.289)	-	(56.289)
Pagamento de juros	(8.594)	-	(8.594)	(28.485)	-	(28.485)
Transferência	10.384	(10.384)	-	32.323	(32.323)	-
AVP/Risco sacado	19	-	19	(33)	-	(33)
	<u>40.515</u>	<u>248.277</u>	<u>288.792</u>	<u>42.904</u>	<u>258.661</u>	<u>301.565</u>
Custo de transação	(202)	(1.317)	(1.519)	(202)	(1.367)	(1.569)
Saldo final	<u>40.313</u>	<u>246.960</u>	<u>287.273</u>	<u>42.702</u>	<u>257.294</u>	<u>299.996</u>

Notas Explicativas

Autopista Planalto Sul S.A.

A composição dos empréstimos é como segue:

<u>Modalidade</u>	<u>Taxa de juros efetiva</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Garantia</u>	<u>31.03.2019</u>	<u>31.12.2018</u>
BNDES	TJLP+2,58%a.a.	dez/25	Cessão direitos creditórios, penhor 100% das ações e cessão dos direitos emergentes	221.815	228.249
BNDES	TJLP+2,62%a.a.	mar/27	Cessão direitos creditórios, penhor 100% das ações e cessão dos direitos emergentes	41.574	42.379
BNDES	IPCA+8,99% a.a.	jan/27	Cessão direitos creditórios, penhor 100% das ações e cessão dos direitos emergentes	21.695	25.746
BNDES	TJLP	jan/27	Cessão direitos creditórios, penhor 100% das ações e cessão dos direitos emergentes	318	325
Risco Sacado	1,33% a.m.	Até 60 dias	Aval acionista	3.390	4.866
				288.792	301.565

Em 31 de março de 2019, o saldo de R\$3.390 (R\$4.866 em 31 de dezembro de 2018) refere-se ao contrato firmado com o Banco Santander S.A. para estruturar, com seus principais fornecedores, a operação denominada "risco sacado". Nessa operação, os fornecedores transferem o direito de recebimento dos títulos emitidos contra a Sociedade para a instituição financeira que, por sua vez, passará a ser credora da operação. Esse contrato possui limite de R\$12.000 e taxa média de 0,84% ao mês.

Em 31 de março de 2019 as parcelas de longo prazo relativas aos empréstimos e financiamentos apresentam os seguintes vencimentos:

<u>Ano de vencimento</u>	
2020	26.732
2021	40.974
2022	44.262
2023	47.832
Após 2024	88.477
	248.277

Os contratos de financiamento dos investimentos de longo prazo com o BNDES possuem cláusulas que, se descumpridas, podem implicar vencimento antecipado. As principais são:

A Sociedade não deve realizar distribuição de dividendos acima do mínimo obrigatório, pagamento de juros sobre o capital próprio, pagamento de juros dos mútuos, ou amortização de principal desses mútuos quando o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD for inferior a 1,3, o qual será calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$ICSD = \left(\frac{\text{Geração de Caixa da Atividade}}{\text{Serviço da Dívida}} \right)$$

Onde:

Geração de Caixa da Atividade	Serviço da Dívida	EBITDA
(+) EBITDA	(+) Amortização de principal	(+) Lucro líquido
(-) Imposto de renda	(+) Pagamentos de juros	(+) Despesa/receita financeira líquida

Notas Explicativas

Autopista Planalto Sul S.A.

(-) Contribuição social

(+) Depreciações e amortizações

(+) Provisão para imposto de renda e contribuição social

(+) Outras despesas/receitas líquidas não operacionais

Em 31 de março de 2019 a Sociedade apresenta seu índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD abaixo de 1,3. No entanto, a Sociedade não realizou nenhuma ação que descumpra esta cláusula restritiva.

Não apresentar saldo devedor que represente mais de 15% (quinze por cento) da Receita Bruta auferida no exercício anual anterior. Exclusivamente para o fim de verificação adotam-se as seguintes definições:

Receita Bruta: receita bruta apurada conforme a legislação contábil vigente, auferida no exercício anual anterior.

Saldo devedor: saldo de dívidas contratadas e efetivamente tomadas junto a terceiros, incluindo principal, juros e todos os demais encargos, estando excluídos desse cômputo os valores referentes: i) à contratação de financiamentos cuja finalidade seja exclusivamente a aquisição de equipamentos para a operação da Emissora; ii) aos mútuos concedidos à Emissora por qualquer acionista, desde que a taxa de juros não esteja superior a 2% (dois por cento) acima do CDI (Certificado de Depósito Interbancário, divulgado pela CETIP) ou 8% (oito por cento) acima do IPCA, conforme o indexador da taxa de juros do contrato de mútuo; e iii) ao saldo devedor referente ao crédito decorrente dos contratos de financiamento junto ao BNDES e dos demais contratos de financiamento cujo o BNDES tenha autorizado previamente.

Manter uma relação mínima de 20% (vinte por cento) entre "Patrimônio Líquido" e "Passivo Total".

A Sociedade está cumprindo todas as cláusulas restritivas na data das informações financeiras trimestrais. O valor justo dos empréstimos registrados no passivo circulante e não circulante é próximo de seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto não é significativo, tendo em vista que as taxas de descontos são substancialmente semelhantes às contratadas.

14. DEBÊNTURES

Os saldos e movimentações estão representados por:

Moeda local	31.03.2019			31.12.2018		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Saldo inicial	1.807	153.289	155.096	270	144.288	144.558
Juros provisionados	-	4.862	4.862	-	17.819	17.819
Pagamento de juros	-	-	-	(7.281)	-	(7.281)
Transferência	1.840	(1.840)	-	8.818	(8.818)	-
	<u>3.647</u>	<u>156.311</u>	<u>159.958</u>	<u>1.807</u>	<u>153.289</u>	<u>155.096</u>
Custo de transação	(136)	(783)	(919)	(134)	(807)	(941)
Saldo final	<u>3.511</u>	<u>155.528</u>	<u>159.039</u>	<u>1.673</u>	<u>152.482</u>	<u>154.155</u>

A composição das debêntures é como segue:

Notas Explicativas

Autopista Planalto Sul S.A.

<u>Série</u>	<u>Quantidade</u>	<u>Taxas contratuais</u>	<u>Vencimento</u>	<u>31.03.2019</u>	<u>31.12.2018</u>
2ª Emissão - Série Única	100.000	IPCA + 8,17% a.a.	dez/25	159.958	155.096
				<u>159.958</u>	<u>155.096</u>

As debêntures foram subscritas pelo seu valor nominal unitário acrescido, da remuneração incidente entre a data de emissão e a data da efetiva integralização, conforme descrito a seguir:

	<u>Data emissão</u>	<u>Valor nominal</u>	<u>Valor nominal unitário</u>	<u>Data integralização</u>	<u>Valor subscrito</u>
2ª Emissão - Série Única	15.12.2014	100.000	1.000	08.04.2015	106.845
		<u>100.000</u>			<u>106.845</u>

O valor justo das debêntures registradas no passivo circulante e não circulante é próximo de seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto não é significativo, tendo em vista que as taxas de descontos são substancialmente semelhantes às contratadas.

As debêntures da 2ª emissão são garantidas por:

1. Cessão fiduciária dos direitos creditórios de titularidade da emissora.
2. Penhor de 100% das ações de titularidade da emissora.
3. Cessão fiduciária dos direitos emergentes da concessão.

Em 31 de março de 2019, as parcelas relativas ao saldo de longo prazo das emissões apresentam a seguinte composição:

<u>Ano de vencimento</u>	
2020	9.857
2021	15.176
2022	22.999
2023	31.448
Após 2024	<u>76.831</u>
	<u>156.311</u>

Em 31 de março de 2019 a Sociedade não apresenta desvios em relação ao cumprimento das condições contratuais pactuadas nas debêntures.

15. FORNECEDORES E CAUÇÕES CONTRATUAIS

Em 31 de março de 2019, o saldo de R\$8.679 (R\$14.067 em 31 de dezembro de 2018) refere-se a fornecedores e prestadores de serviços. O saldo de R\$5.255 (R\$5.145 em 31 de dezembro de 2018) refere-se a cauções contratuais de fornecedores e prestadores de serviços registrados de acordo com as condições estabelecidas em contrato prevendo retenção de 5% do valor dos serviços. Estes saldos estão relacionados predominantemente à concessão e incluem gastos com itens do imobilizado e execução de obras na rodovia.

Notas Explicativas

Autopista Planalto Sul S.A.

16. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações efetuadas com a controladora e partes relacionadas são relativas a contratos de serviços de construção, execução de obras, despesas administrativas e mútuos para capital de giro.

Os saldos e as transações realizadas em 31 de março de 2019 e 31 de dezembro de 2018, com a controladora e partes relacionadas, com as quais ocorreram operações, estão demonstrados a seguir:

<u>Ativo circulante</u>	<u>31.03.2019</u>	<u>31.12.2018</u>
<u>Controladora / Outras Partes Relacionadas</u>		
Contas a receber:		
Arteris S.A. - controladora	53	-
Autovias S.A.	-	5
Total do ativo circulante	<u>53</u>	<u>5</u>
<u>Passivo circulante</u>		
<u>Controladora / Outras Partes Relacionadas</u>		
Contas a pagar:		
Arteris S.A. - controladora	544	574
Régis Bittencourt S.A.	25	-
Latina Manutenção de Rodovias Ltda.	68	132
Total do passivo circulante	<u>637</u>	<u>706</u>
<u>PERÍODO</u>		
	<u>31.03.2019</u>	<u>31.03.2018</u>
<u>Contas de Resultado:</u>	Despesas gerais (a)	Despesas gerais (a)
<u>Controladora</u>		
Arteris S.A.	(1.085)	(813)
Total	<u>(1.085)</u>	<u>(813)</u>
(*) Referem-se a juros de dívidas com partes relacionadas que foram capitalizados.		
<u>TRIMESTRE</u>		
	<u>31.03.2019</u>	<u>31.03.2018</u>
<u>Contas de Resultado:</u>	Despesas gerais (a)	Despesas gerais (a)
<u>Controladora</u>		
Arteris S.A.	(1.085)	(813)
Total	<u>(1.085)</u>	<u>(813)</u>
(*) Referem-se a juros de dívidas com partes relacionadas que foram capitalizados.		

- (a) Refere-se a rateios de custos e despesas administrativas entre empresas do Grupo Arteris. A Arteris, controladora da Sociedade, adota um critério de rateio de custos da Holding, baseando-se na receita das empresas do Grupo Arteris, a fim de garantir que todas as partes beneficiadas arquem com os gastos referentes às áreas administrativas

Notas Explicativas

Autopista Planalto Sul S.A.

e de suporte do Grupo Arteris, que serão reembolsados com vencimento médio de 45 dias.

- (b) Refere-se a prestação de serviços direcionados à manutenção e conservação da malha rodoviária concedida para a Sociedade, definidos em condições específicas entre as partes e com vencimento médio de 30 dias.

Em abril de 2017 a Sociedade liquidou as obrigações relativas aos mútuos e debêntures descritos anteriormente por meio de aumento de capital, mediante emissão de 491.254.503 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, as quais foram totalmente integralizadas na mesma data.

Além das operações anteriormente mencionadas, a Latina Manutenção de Rodovias realizou obras nas rodovias, registradas no intangível da Sociedade em 31 de março de 2019 no valor de R\$211 (R\$227 em 31 de março de 2018), em condições específicas entre as partes e com vencimento médio de 30 dias.

No decorrer do período findo em 31 de março de 2019, a Sociedade reconheceu respectivamente o montante de R\$169 a título de remuneração e encargos de seus administradores, adicionado de R\$232 relativo ao rateio da Holding, que totaliza R\$401 (R\$328 em 31 de março de 2018), conforme proposta da Administração aprovada em ata de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, sendo a remuneração global anual sem encargos de até R\$700. Os administradores, não obtiveram ou concederam empréstimos à Sociedade e a suas partes relacionadas, tampouco possuem benefícios indiretos.

As transações com partes relacionadas são submetidas ao Conselho de Administração para aprovação, nos termos do Estatuto Social. As operações e os negócios celebrados pela Sociedade com partes relacionadas estão sujeitos aos encargos financeiros descritos anteriormente, que são compatíveis com as taxas praticadas no país.

17. ARRENDAMENTO MERCANTIL A PAGAR

Estão compostos por:

	31.03.2019		
	Circulante	Não circulante	Total
Saldo inicial	-	-	-
Adições	2.605	1.928	4.533
Utilização	(1.118)	-	(1.118)
Ajuste a valor presente - AVP	85	-	85
	<u>1.572</u>	<u>1.928</u>	<u>3.500</u>

Em 31 de março de 2019, as parcelas de longo prazo relativas aos arrendamentos apresentavam os seguintes vencimentos:

<u>Ano de vencimento</u>	
2020	1.005
2021	923
2022	-
2023	-
Após 2023	-
	<u>1.928</u>

Notas Explicativas

Autopista Planalto Sul S.A.

Em 31 de março de 2019, as despesas relativas a pagamentos não incluídos na mensuração dos passivos de arrendamentos é como segue:

	31.03.2019	
	Contratos com prazo inferido a 12 meses	Contratos de baixo valor (de até R\$5)
Veículos	16	-
Imóveis	8	-
	<u>24</u>	<u>-</u>

18. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A Sociedade concede a seus empregados Programa de Participação nos Resultados – PPR anual. O cálculo dessa participação baseia-se no alcance de metas empresariais e objetivos específicos, estabelecidos, aprovados e divulgados no início de cada exercício e seu pagamento é efetuado no exercício seguinte conforme mensuração do atingimento das metas e dos objetivos. Durante o exercício corrente as provisões contábeis são apuradas mensalmente em bases estimadas e apropriadas ao resultado, tendo como contrapartida as obrigações sociais. Os saldos de provisão para o PPR registrados em 31 de março de 2019 e dezembro de 2018, respectivamente, na rubrica "Obrigações sociais" são de R\$1.622 e R\$1.293.

Participam do programa anual todos os empregados ativos e empregados desligados para o período que trabalharam durante o exercício social. No caso de empregados desligados participam aqueles com desligamento sem justa causa.

O cálculo da participação baseia-se em metas empresariais e objetivos específicos sobre os quais são atribuídos pesos conforme tabelas específicas. As metas, os objetivos e os pesos, resumem-se principalmente em cumprimento do orçamento de despesas e receitas, EBITDA consolidado e por empresa, além de avaliações individuais baseadas em competência técnica e comprometimento com qualidade.

A Sociedade provê a seus empregados benefícios de assistência médica, reembolso odontológico e seguro de vida, enquanto permanecem com vínculo empregatício. Tais benefícios são parcialmente custeados pelos empregados de acordo com sua categoria profissional e utilização dos respectivos planos. Esses benefícios são registrados como custos ou despesas quando incorridos.

19. PROVISÕESRiscos cíveis, trabalhistas e regulatórios

A Sociedade tem reclamações judiciais pendentes de resolução e correspondentes, fundamentalmente, a ações cíveis derivadas de responsabilidade civil em relação aos usuários da rodovia, bem como processos trabalhistas e regulatórios.

A Administração constituiu, com base na opinião de seus advogados internos e externos, uma provisão para cobrir as perdas que provavelmente possam decorrer das referidas ações judiciais e estima que a decisão final destas não afete significativamente os fluxos de caixa, a posição financeira e o resultado das operações da Sociedade.

Notas Explicativas

Autopista Planalto Sul S.A.

A movimentação do saldo dos riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios durante os períodos findos em 31 de março de 2019 e de 2018 é conforme segue:

	31.12.2018	Adições	Reversões	Pagamentos	31.03.2019
Cíveis	411	298		3	712
Trabalhistas	1.859	462	(860)	525	1.986
Regulatório	11.018	914	(54)	-	11.878
Total	<u>13.288</u>	<u>1.674</u>	<u>(914)</u>	<u>528</u>	<u>14.576</u>

	31.12.2017	Adições	Reversões	Pagamentos	31.03.2018
Cíveis	459	68	(3)	(50)	474
Trabalhistas	554	398	(114)	(314)	524
Regulatório	11.019	-	-	-	11.019
Total	<u>12.032</u>	<u>466</u>	<u>(117)</u>	<u>(364)</u>	<u>12.017</u>

A Sociedade é parte em processos regulatórios administrativos movidos pela ANTT. Periodicamente a Sociedade realiza revisões técnicas e jurídicas nesses processos, visando avaliar e mensurar os potenciais riscos existentes. Em 31 de março de 2019 e em 31 de dezembro de 2018, a Sociedade provisionou processos cuja probabilidade de perda foi classificada como provável pelos seus assessores jurídicos totalizando R\$11.878. Existem ainda outros processos com a ANTT cuja probabilidade de perda é possível de acordo com os assessores jurídicos da Sociedade e que sumarizam o montante de R\$32.351 (R\$18.760 em 31 de dezembro de 2018).

Adicionalmente, a Sociedade é parte em processos cíveis e trabalhistas ainda em andamento, advindos do curso normal de suas operações, classificados como de risco possível por seus advogados, para os quais não foram constituídas provisões. Tais processos em 31 de março de 2019 representam o montante de R\$1.651 (R\$1.660 em 31 de dezembro de 2018).

Os depósitos judiciais no montante de R\$1.697 (R\$1.711 em 31 de dezembro de 2018), classificados no ativo não circulante, referem-se a discussões judiciais para as quais R\$643 há provisão registrada, por se tratar de prognóstico provável, os demais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco ser classificado como possível ou remoto. Esse saldo é composto em sua maioria por depósitos relacionados a autos de infrações impostos pela ANTT.

Provisão para manutenção e investimentos

A provisão para manutenção é calculada com base na melhor estimativa considerando os valores da próxima intervenção. A provisão para investimentos é calculada considerando os valores até o final da concessão com base na melhor estimativa de gastos a serem incorridos na construção e melhoria de rodovias.

A movimentação do saldo das provisões para manutenção e investimentos durante os períodos findos em 31 de março de 2019 e de 2018 é conforme segue:

Notas Explicativas

Autopista Planalto Sul S.A.

	<u>Circulante</u> Manutenção em rodovia	<u>Não circulante</u> Manutenção em rodovia	<u>Total</u> Manutenção em rodovia
Saldo em 31.12.2018	21.119	17.976	39.095
Adições/Reversões	-	11.166	11.166
Utilizações	(11.115)	-	(11.115)
Ajuste a valor presente	-	669	669
Transferências	9.755	(9.755)	-
Saldo em 31.03.2019	<u>19.759</u>	<u>20.056</u>	<u>39.815</u>

	<u>Circulante</u> Manutenção em rodovia	<u>Não circulante</u> Manutenção em rodovia	<u>Total</u> Manutenção em rodovia
Saldo em 31.12.2017	9.678	27.932	37.610
Adições/Reversões	-	12.359	12.359
Utilizações	(14.727)	-	(14.727)
Ajuste a valor presente	-	522	522
Transferências	12.836	(12.836)	-
Saldo em 31.03.2018	<u>7.787</u>	<u>27.977</u>	<u>35.764</u>

Os pagamentos efetuados no período findo em 31 de março de 2019 referentes às manutenções realizadas foram de R\$6.719 (R\$10.875 em 31 de março de 2018).

20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Capital social**

O capital social subscrito em 31 de março de 2019 é de R\$1.098.034, compostos por 1.659.851.513 ações ordinárias e sem valor nominal, e o capital integralizado é de R\$1.065.034 que representa 1.597.587.362 ações. O capital social subscrito em 31 de dezembro de 2018 era de R\$1.034.034, compostos por 1.539.096.796 ações ordinárias e sem valor nominal, e o capital integralizado era de R\$1.033.034 que representava 1.537.281.914 ações. A Sociedade aprovou em Assembleia Geral os seguintes aumentos de capital conforme segue:

<u>Data da integralização</u>	<u>Aprovação</u>	<u>Forma da integralização</u>	<u>Quantidade de ações emitidas</u>	<u>Valor Subscrito</u>	<u>Valor Integralizado</u>
21.05.2018	AGE*	Dinheiro	-	-	1.000
21.01.2019	AGE**	Dinheiro	120.754.717	64.000	31.000
			<u>120.754.717</u>	<u>64.000</u>	<u>32.000</u>

(*) Integralização referente ao saldo do capital subscrito no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 conforme ata de Assembleia Geral Extraordinária de 21 de maio de 2018.

(**) Subscrição de capital conforme ata de Assembleia Geral Extraordinária de 21 de janeiro de 2019.

Cada ação tem direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

b) Reservas de lucros e distribuição de dividendos:**Reserva legal e retenção de lucros**

Notas Explicativas

Autopista Planalto Sul S.A.

O estatuto social da Sociedade prevê que o lucro líquido do exercício, após a destinação da reserva legal, na forma da lei, poderá ser destinado à reserva para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais, retenção de lucros prevista em orçamento de capital a ser aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas ou reserva de lucros a realizar, observado o Artigo 198 da Lei nº 6.404/76.

Distribuição de dividendos

O estatuto social da Sociedade prevê a distribuição de, no mínimo, dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do Artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

21. RECEITAS

A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado do período é como segue:

	<u>31.03.2019</u>	<u>31.03.2018</u>
Receita de serviços prestados	43.670	38.470
Receita de serviços de construção	12.929	19.736
Outras receitas	<u>186</u>	<u>159</u>
Receita bruta	56.785	58.365
ISSQN	(2.191)	(1.930)
PIS	(265)	(254)
COFINS	(1.221)	(1.172)
Outras deduções	<u>(1)</u>	<u>-</u>
Receita líquida	<u><u>53.107</u></u>	<u><u>55.009</u></u>

22. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

Estão representados por:

	<u>31.03.2019</u>	<u>31.03.2018</u>
Despesas:		
Com pessoal	(1.403)	(1.367)
Serviços de terceiros	(479)	(383)
Manutenção de bens e conservação	(121)	(138)
Consumo	(94)	(155)
Transportes	(23)	(59)
Seguros/Garantias	(4)	(8)
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios	(760)	(349)
Comunicação e marketing	(67)	(110)
Indenizações à terceiros	(9)	-
Publicações legais	(120)	(116)
Depreciação / Amortização	(169)	(236)
Outros	<u>(221)</u>	<u>(188)</u>
Total	<u><u>(3.470)</u></u>	<u><u>(3.109)</u></u>

Notas Explicativas**Autopista Planalto Sul S.A.**

	<u>31.03.2019</u>	<u>31.03.2018</u>
Custos:		
Com pessoal	(2.751)	(2.911)
Serviços de terceiros	(4.140)	(4.928)
Conservação	(3.475)	(2.807)
Manutenção e conservação de móveis e imóveis	(280)	(149)
Consumo	(736)	(665)
Transportes	(402)	(509)
Verba de fiscalização	(880)	(844)
Seguros / Garantias	(406)	(479)
Provisão de manutenção em rodovias	(11.166)	(12.359)
Custos de serviços da construção	(12.929)	(19.736)
Depreciação / Amortização	(22.126)	(19.417)
Outros	(404)	(448)
Total	<u>(59.695)</u>	<u>(65.252)</u>

23. RESULTADO FINANCEIRO

Está representado por:

	<u>31.03.2019</u>	<u>31.03.2018</u>
Receitas financeiras:		
Aplicações financeiras	248	289
Outras receitas	5	3
Total	<u>253</u>	<u>292</u>
	<u>31.03.2019</u>	<u>31.03.2018</u>
Despesas financeiras:		
Encargos financeiros	(11.228)	(9.820)
Encargos financeiros – ajuste a valor presente	(773)	(499)
Outras despesas	(920)	(289)
Total	<u>(12.921)</u>	<u>(10.608)</u>

24. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**a) Caixa e equivalentes de caixa**

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluída na demonstração dos fluxos de caixa está demonstrada na nota explicativa nº 5.

b) Informações suplementares

	<u>31.03.2019</u>	<u>31.03.2018</u>
Transações de investimentos e financiamentos que não envolveram caixa:		
Aquisição de bens do intangível registrados em obrigações nas contas de fornecedores, partes relacionadas, cauções contratuais e obrigações fiscais	11.378	11.049
Juros capitalizados	529	1.779
	<u>31.03.2019</u>	<u>31.03.2018</u>
Transações de investimentos e financiamentos que envolvem caixa:		
Pagamento de investimentos, que não afetaram as adições das notas de imobilizado e intangível	(29.549)	(35.672)

Notas Explicativas

Autopista Planalto Sul S.A.

25. PREJUÍZO POR AÇÃO

O cálculo básico de prejuízo por ação é feito por meio da divisão do prejuízo do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

A tabela a seguir reconcilia o prejuízo e a média ponderada do número de ações utilizados para o cálculo do prejuízo básico e do prejuízo diluído por ação.

	<u>31.03.2019</u>	<u>31.03.2018</u>
<u>Básico/Diluído</u>		
Prejuízo do exercício	(23.123)	(15.814)
Número de ações durante exercício	1.631.675	1.412.586
Prejuízo por ação	<u>(0,0142)</u>	<u>(0,0112)</u>

Não há diferença entre prejuízo básico e prejuízo diluído por ação por não ter havido durante os períodos findos em 31 de março de 2019 e de 2018, instrumentos patrimoniais com efeitos dilutivos.

A quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo do prejuízo diluído por ação concilia com a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas na apuração do prejuízo básico por ação, não existindo mais quantidades como opções a empregados e/ou outras opções a serem conciliadas.

26. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

As operações com instrumentos financeiros da Sociedade estão reconhecidas nas informações financeiras trimestrais, conforme o quadro a seguir:

	Nível	<u>31.03.2019</u>		<u>31.12.2018</u>	
		Mensurados a valor justo por meio de resultado	Custo amortizado	Mensurados a valor justo por meio de resultado	Custo amortizado
Equivalentes de caixa	Nível 2	12.509	-	7.086	-
Contas a receber clientes	Nível 2	-	7.813	-	6.508
Partes relacionadas ativas	Nível 2	-	53	-	-
Aplicações financeiras vinculadas	Nível 2	10.820	-	13.380	-
Outros Créditos	Nível 2	-	322	-	168
Empréstimos e financiamentos	Nível 2	-	(283.883)	-	(295.130)
Empréstimos - Risco sacado	Nível 2	-	(3.390)	-	(4.866)
Partes relacionadas passivas	Nível 2	-	(637)	-	(706)
Debêntures	Nível 2	-	(159.039)	-	(154.155)
Fornecedores e cauções contratuais	Nível 2	-	(13.934)	-	(19.212)
Taxa de fiscalização	Nível 2	-	(293)	-	(286)
Outras contas a pagar	Nível 2	-	(1.717)	-	(2.266)
Arrendamento mercantil a pagar (IFRS16)	Nível 2	-	(3.500)	-	-
		<u>23.329</u>	<u>(458.205)</u>	<u>20.466</u>	<u>(469.945)</u>

O quadro acima apresenta os ativos financeiros classificados de acordo com o CPC 40 e as novas categorias de mensuração de acordo o CPC 48.

O pronunciamento técnico CPC 48 requer a classificação em uma hierarquia de três níveis para mensurações a valor justo dos instrumentos financeiros, baseada em informações observáveis e não observáveis referentes à valorização de um instrumento financeiro na data de mensuração.

Notas Explicativas

Autopista Planalto Sul S.A.

O pronunciamento técnico CPC 48 também define informações observáveis como dados de mercado, obtidos de fontes independentes e informações não observáveis que refletem premissas de mercado.

Os três níveis de hierarquia de valor justo são:

- Nível 1: Preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos;
- Nível 2: Informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços);
- Nível 3: Instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado.

Os seguintes métodos e premissas foram adotados:

Mensurados a valor justo por meio do resultado

Estima-se que os valores contábeis das contas a receber de clientes e contas a receber de partes relacionadas estejam próximos de seus valores justos, em virtude do curto prazo das operações realizadas.

O valor contábil aproxima-se do seu valor justo em virtude de as operações serem efetuadas a juros pós-fixados e apresentarem possibilidade de resgate imediato.

Ativo ou Passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado

Os valores registrados contabilmente aproximam-se razoavelmente do valor justo, pois estão atrelados a uma taxa de juros pós-fixada, no caso, a variação do CDI. Os valores contábeis dos financiamentos atrelados a Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP aproximam-se dos seus valores justos em razão da TJLP ser uma taxa que, apesar de pré-fixada, não sofre variações, uma vez que é pré-determinada todos os trimestres pelo Conselho Monetário Nacional - CMN.

27. GESTÃO DE RISCO

De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante a avaliação potencial dos riscos. Os principais fatores de risco que podem afetar os negócios da Sociedade estão apresentados a seguir:

Riscos de mercado

a) Exposição a riscos cambiais

Em 31 de março de 2019 e 31 de dezembro de 2018, a Sociedade não apresenta saldo relevante de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.

b) Exposição a riscos de taxas de juros

A Sociedade está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações da TJLP, do IPCA e do CDI, relativos a empréstimos e debêntures em reais. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI.

Em atendimento à Instrução CVM nº475, em 17 de dezembro de 2008, a Administração efetuou análise de sensibilidade considerando aumentos de 25% e de 50% nas taxas

Notas Explicativas

Autopista Planalto Sul S.A.

de juros esperadas sobre os saldos de empréstimos e financiamentos, debêntures e mútuos com partes relacionadas, líquidos das aplicações financeiras.

Efeito no lucro antes da tributação - Aumento/Redução em pontos bases			
Indicadores	Cenário I (provável)	Cenário II (+ 25%)	Cenário III (+50%)
CDI	6,50%	8,13%	9,75%
Receita de aplicações financeiras	1.329	1.661	1.993
Juros a incorrer CDI líquido (*)	<u>1.329</u>	<u>1.661</u>	<u>1.993</u>
TJLP	7,03%	8,79%	10,55%
Juros a incorrer - BNDES (*)	(25.886)	(30.641)	(35.396)
Juros a incorrer TJLP líquido (*)	<u>(25.886)</u>	<u>(30.641)</u>	<u>(35.396)</u>
IPCA	3,89%	4,86%	5,84%
Juros a incorrer - BNDES e Debêntures (*)	(21.234)	(23.133)	(25.032)
Juros a incorrer IPCA líquido (*)	<u>(21.234)</u>	<u>(23.133)</u>	<u>(25.032)</u>
Juros a incorrer líquido	<u>(45.791)</u>	<u>(52.113)</u>	<u>(58.435)</u>

Fonte dos índices: Relatório Focus do Banco Central do Brasil - BACEN.

(*) Refere-se ao cenário de juros a incorrer para os próximos 12 meses ou até a data do vencimento do contrato, o que for menor.

Estas apresentações são adicionais às divulgações requeridas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, estando apresentadas em conformidade com as divulgações requeridas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

c) Risco de crédito

Em 31 de março de 2019 a Sociedade apresentava valores a receber de R\$7.037(R\$5.962 em 31 de dezembro de 2018) das empresas CGMP – Centro de Gestão de Meios de Pagamentos S.A., Conectcar Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A. e Move Mais Meios de Pagamentos Ltda, decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio registrados na rubrica “Contas a receber”.

A Sociedade possui cartas de fiança firmadas por instituições financeiras para garantir a arrecadação das contas a receber com as empresas administradoras do sistema eletrônico de pagamento de pedágio.

d) Risco de liquidez e gestão de capital

O risco de liquidez é gerenciado pela controladora Arteris S.A., que possui um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para as necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos.

A controladora gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

A Sociedade administra o capital por meio do monitoramento dos níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures.

Notas Explicativas

Autopista Planalto Sul S.A.

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Sociedade e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do exercício. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações:

Modalidade	Taxa de juros (média ponderada) efetiva % a.a.	2019	2020	2021	2022	2023 em diante	Total
Capital de giro	10,47%	3.390	-	-	-	-	3.390
Finame	8,70%	40.235	58.302	58.038	57.798	155.520	369.893
Debêntures - IPCA	9,87%	1.565	8.292	15.176	22.999	108.425	156.457
Fornecedores e cauções contratuais	-	13.934	-	-	-	-	13.934
Fornecedores partes relacionadas	-	637	-	-	-	-	637
Outras contas a pagar	-	1.717	-	-	-	-	1.717
		<u>61.478</u>	<u>66.594</u>	<u>73.214</u>	<u>80.797</u>	<u>263.945</u>	<u>546.028</u>

Modalidade	Taxa de juros (média ponderada) efetiva % a.a.	01.04 a 30.06.2019	01.07 a 30.09.2019	01.10 a 31.12.2019	01.01 a 31.03.2020	Total
Capital de giro	10,47%	3.390	-	-	-	3.390
Finame	8,70%	13.411	13.412	13.412	18.067	58.302
Debêntures - IPCA	9,87%	-	-	1.565	-	1.565
Fornecedores e cauções contratuais	-	8.679	-	5.255	-	13.934
Fornecedores partes relacionadas	-	637	-	-	-	637
Outras contas a pagar	-	1.717	-	-	-	1.717
		<u>27.834</u>	<u>13.412</u>	<u>20.232</u>	<u>18.067</u>	<u>79.545</u>

28. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

A operação da Sociedade consiste na exploração de concessão pública de rodovias, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e recursos são feitas.

A área de concessão da Sociedade é dentro do território brasileiro, as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias e, portanto, nenhum cliente individualmente contribui de forma significativa para as receitas da Sociedade.

29. GARANTIAS E SEGUROS

A Sociedade, por força contratual, mantém regularizadas e atualizadas as garantias que cobrem a execução das funções de ampliação e conservação especial e das funções operacionais de conservação ordinária da malha rodoviária e o pagamento da parcela fixa do ônus da concessão, quando aplicável.

Adicionalmente, por força contratual e por política interna de gestão de riscos, a concessionária mantém vigentes apólices de seguros de riscos operacionais, de engenharia e de responsabilidade civil, para garantir a cobertura de danos decorrentes de riscos inerentes às suas atividades, tais como perda de receita, destruição total ou parcial das obras e dos bens que integram a concessão, além de danos materiais e corporais aos usuários. Todos de acordo com os padrões internacionais para empreendimentos dessa natureza.

Em 31 de março de 2019, as coberturas de seguros são resumidas como segue:

Notas Explicativas

Autopista Planalto Sul S.A.

<u>Modalidade</u>	<u>Riscos cobertos</u>	<u>Limites de indenização</u>
Todos os riscos	Riscos patrimoniais/perda de receita(*) Responsabilidade civil	180.000 20.000
Garantia	Garantia de execução do Contrato de Concessão	68.680

Além dos seguros anteriormente mencionados, a Sociedade contratou apólices na modalidade Seguro Garantia Judicial referente a discussões judiciais proveniente de autos de infração da ANTT para as quais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco ser classificado como possível ou remoto. O valor dessa garantia em 31 de março de 2019 é de R\$76.179 e dezembro de 2018 de R\$61.328.

30. EVENTO SUBSEQUENTE

Abaixo relação de integralizações de capital ocorridas na Sociedade:

<u>Data</u>	<u>Aprovação</u>	<u>Valor integralizado</u>
22.04.2019	AGE	8.500
		<u>8.500</u>

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas da
Autopista Planalto Sul S.A.

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias da Autopista Planalto Sul S.A. ("Sociedade"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR, referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2019, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o trimestre findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração dessas informações financeiras intermediárias de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias incluídas nas informações financeiras trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1), aplicável à elaboração das Informações Trimestrais – ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado ("DVA"), referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2019, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Sociedade, cuja apresentação nas informações financeiras intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

Campinas, 13 de maio de 2019

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Auditores Independentes

CRC nº 2 SP 011609/O-8

Paulo de Tarso Pereira Jr.

Contador

CRC nº 1 SP 253932/O-4

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração da Diretoria

Na qualidade de Diretores da Autopista Planalto Sul S/A, declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações financeiras relativas ao trimestre findo em 31 de março de 2019 e exercício social findo em 31 de dezembro de 2018.

Rio Negro, 13 de maio de 2019

Diretoria

Sergio Moniz Barretto Garcia

Diretor Executivo de Operações

Antonio Cesar Ribas Sass

Diretor de Operações

Marcelo de Afonseca e Silva

Diretor de Assuntos Regulatórios

Juan Gabriel Lopez Moreno

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaração da Diretoria

Na qualidade de Diretores da Autopista Planalto Sul S/A, declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com o conteúdo e opinião expressos no parecer da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes.

Rio Negro, 13 de maio de 2019

Diretoria

Sergio Moniz Barretto Garcia

Diretor Executivo de Operações

Antonio Cesar Ribas Sass

Diretor de Operações

Marcelo de Afonseca e Silva

Diretor de Assuntos Regulatórios

Juan Gabriel Lopez Moreno

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores